



Estado do Amazonas  
Procuradoria Geral do Estado

**1º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE  
RESIDÊNCIA JURÍDICA**

**Prova discursiva única – 20.10.2013**

**Todas as respostas devem ser fundamentadas**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1ª Questão** – A Constituição Federal de 1988 proíbe expressamente a União de instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro. Pergunta-se: tal regra possui exceção (ões)? Em caso positivo, qual (is)?

**2ª Questão** – Em que consiste a motivação *per relationem*? Trata-se de prática admitida pela jurisprudência do STF?

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**1ª Questão** – A pessoa jurídica ABC Ind. de Gases Liquefeitos LTDA foi vencedora em regular processo licitatório para fornecimento de gás oxigênio liquefeito para o Hospital 28 de Agosto, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Saúde e integrante da Administração Direta do Estado do Amazonas. Homologada a licitação, adjudicado o objeto ao licitante vencedor e celebrado o respectivo contrato com prazo de vigência de 2 (dois) anos, o particular passou a fornecer regularmente gás liquefeito ao hospital. Exaurido o contrato e o prazo de vigência, o Sr. Diretor-Geral do Hospital 28 de Agosto necessitou urgentemente do produto outrora fornecido por ABC Ind. de Gases Liquefeitos LTDA, tendo em vista a ocorrência de uma calamidade pública que gerou aumento significativo da demanda do hospital por esse produto. Diante dessa situação, o Diretor-Geral do Hospital requereu verbalmente a entrega de novo quantitativo de gás pelo particular, prometendo efetivar o pagamento sob a rubrica "por indenização". Passados seis meses, e após requerimento escrito para pagamento, houve recusa pelo Secretário de Estado de Saúde, sob o fundamento de que o contrato verbal é nulo, não cabendo ao particular qualquer remuneração.

Com base na situação narrada, responda fundamentadamente se o Secretário de Estado de Saúde agiu corretamente. Em caso negativo, explicar qual deveria ser a atitude a ser tomada pela Administração diante do caso.



Estado do Amazonas  
Procuradoria Geral do Estado

2ª Questão – Quando o Estado apropria-se de bem particular sem o devido processo legal, não declara o bem de interesse público e não paga a justa e prévia indenização, dá-se a desapropriação indireta. É possível a reintegração de posse nesse caso?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão – “O regime do litisconsórcio necessário assegura decisão uniforme para todos os litisconsortes”. Pergunta-se:

- a) A afirmativa é verdadeira ou falsa? Justifique sua resposta.
- b) O chamado efeito expansivo subjetivo dos recursos é aplicável ao litisconsórcio necessário? Justifique sua resposta.

2ª Questão – Roberto é credor de Ivanildo da quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), estampada em nota promissória datada de 20 de dezembro de 2012 e com vencimento para 20 de dezembro de 2013. Roberto tomou conhecimento de que Ivanildo estaria prestes a se tornar insolvente e, mesmo assim, estaria buscando alienar os bens que possui, contrair dívidas extraordinárias, frustrar a execução e lesar credores. Diante desse quadro, Roberto ingressou com Ação Cautelar de Arresto, obtendo a medida liminar *inaudita altera pars*, cujo cumprimento se deu em 13 de setembro de 2013. Qual o prazo limite para Roberto ingressar com a ação principal sem que a cautelar concedida perca sua eficácia? Justifique.